

PEREIRA, IVONETE. *AS DECAÍDAS*.
PROSTITUIÇÃO EM FLORIANÓPOLIS (1900 – 1940).
FLORIANÓPOLIS: EDUFSC, 2004.

PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

A Repressão à Prostituição na Cidade de Florianópolis no Início do Século XX

Dr. Davi F. Schreiner
Departamento de História
Universidade do Oeste do Paraná

Numa narrativa envolvente, em *As Decaídas*, originalmente dissertação de mestrado defendida no Programa de História, da Universidade Federal de Santa Catarina, a historiadora explicita o cotidiano de prostitutas num tempo e espaço para o qual se impunha, por parte do poder público, um projeto modernizador: a cidade de Florianópolis (1900-1940). Nesta trama, (re)tecida com filigranas de um vasto, variado e rico conjunto de fontes primárias, entre as quais crônicas e propagandas de jornais, boletins e relatórios médicos e higienistas e registros policiais, emerge uma teia de relações desiguais e conflituosas, com tentativas de sujeição, por meio de ações disciplinadoras de higienização e repressão às prostitutas, designadas como ‘decaídas’.

A utilização deste termo, por si só, evidencia o lugar social conferido às prostitutas no discurso reformador das elites, disseminado pela teia social, inclusive, entre a população pobre, como as portadoras da degenerescência da moralidade. A associação entre a erradicação da sífilis e da remoção da prostituição se faz de imediato. E elas tornaram-se a representação da própria doença. Tais mulheres eram, do ponto de vista da moralidade e da saúde, empecilhos à civilização; portanto, deveriam ser removidas pelas ações do projeto modernizador. Ao mesmo tempo, o diálogo da historiadora com as fontes revela relações horizontais de solidariedade, de resistência e estratégias de sobrevivência daquelas que se faziam na insubordinação. Trata-se, pois, de um processo no qual a sujeição se contrapõe à insubordinação como forma de fazer-se sujeito¹ mulher nas experiências da vida cotidiana².

Este processo também revela uma disputa pelo espaço do urbano. Nesta disputa, fronteiras são reconhecidas por aqueles que desejam a limpeza. Trata-se de expandir os espaços da chamada civilidade, da moralidade e do moderno, mas, ao mesmo tempo, manter e até mesmo reproduzir aquilo que era nomeado como

“mal necessário”, inclusive, porque atendia a determinados propósitos das elites, notadamente o da iniciação dos jovens na vida sexual. Assim, não havia intenção de extinguir os locais de prostituição, mas de deslocá-los e mantê-los sob vigilância e controle da polícia e do olhar médico.

Para além desta tese, sustentada pela autora como hipótese formulada a partir da obra, pode-se inferir que se tratava, para a elite, de afirmar-se mediante um discurso moralizador, representando-se como portadora da moralidade no combate que fazia à prostituição, ao perseguir as prostitutas. Este discurso vai sendo elaborado e amalgamado ao projeto reformador do urbano, que, como bem mostra a autora, visa atender aos interesses e expectativas da elite de melhorias nas condições de se viver na cidade, mas também de elaborar a sua auto-representação, ao construir uma nova imagem para a cidade: ou seja, a nova imagem da cidade que se pretendia como moderna (saneada, livre das doenças, iluminada, embelezada) foi disseminada como referência daqueles que lá viviam, portanto, como imagem da elite. Em outros termos, no início do século XX, havia um cenário de expectativas de mudanças urbanas, levando a elite, por meio do poder público, a reconstruir ruas, logradouros, demolir cortiços, casas, canalizar córregos, considerados uma ameaça à saúde, e reformar códigos, normatizar e disciplinar a população nas suas práticas e costumes, com vistas à criação de uma ‘nova cidade’. Ao mesmo tempo, esta elite não pretendia incluir a população pobre neste novo espaço (o centro da cidade reformado), que se esperava fosse também civilizado e moderno. Portanto, a população pobre foi inserida no projeto reformador apenas de forma excludente. Vista como indesejável e um obstáculo à modernidade, ela deveria ser removida do centro da cidade para a periferia. Nos becos e morros, ficou desprovida da possibilidade de acesso a diversas medidas do poder público, como a do saneamento, da rede de esgoto, da rede de água e do sistema de energia elétrica, o que a instigou a reivindicar os serviços implantados pelo poder público para a elite local.

A população pobre também se tornou alvo preferencial da reforma moral preconizada pela elite. Ela deveria ser reformada em seus costumes, por meio da repressão e da educação, sobretudo da educação pelo trabalho, pois, se não havia propósito de incluir esta população, havia, sim, a necessidade de uma racionalidade coletiva que compartilhasse a idéia de uma ambiência moderna e higiênica. Assim, “o controle, a vigilância e as punições espalharam-se pela cidade” (p.54), alcançando os estabelecimentos comerciais dos padeiros, donos de pensões, o trabalho dos leiteiros, os praticantes dos jogos de azar, os promotores de espetáculos de teatro e a exibição de filmes e bailes. Os pequenos delitos e ilegalidades passaram a ser considerados crimes contra a ordem e a higiene da cidade. Os modos de vida de homens e mulheres foram submetidos ao controle, à

higienização e à “limpeza moral”. Neste contexto, as “decaídas” são perseguidas e removidas pelo poder público, amparado pela lei e pelo discurso médico, no qual as prostitutas eram representadas como disseminadoras de doenças. Mas, como muitos outros populares, estas mulheres formularam seus próprios códigos, regras e valores morais³. Como destaca a autora, as principais estratégias elaboradas por estas mulheres foram as de defesa, isto porque, “ao simbolizarem todo o mal e atraso da cidade, visão pertencente não apenas às autoridades, mas também às pessoas de seu grupo social, estavam sujeitas a ataques vindos de todos os lados” (p.60). As camadas populares possuíam “valores e costumes que não estavam totalmente desvinculados daqueles vividos pela elite local” (p.47), exercendo, não raras vezes, o controle e a vigilância sobre seus iguais. Havia uma circularidade cultural entre os diferentes segmentos daquela sociedade.

Se os populares criaram seus modos de vida no fazer-se das experiências cotidianas, “a elite, por sua vez, ao determinar valores e práticas que deveriam ser vivenciados pela população em geral, também reelaborou de acordo com sua conveniência do momento e com sua visão de mundo” (p.47). Neste sentido, o discurso médico sobre a sífilis constituiu uma forma de poder de um determinado grupo de pessoas sobre outro. A sífilis era vista como decorrente da imoralidade, sobretudo advinda da prostituição e, por isso, a necessidade de controle sobre o modo de viver das prostitutas.

Todavia, os números em relação às doenças demonstram que, apesar dos casos de sífilis serem menores que as de tuberculose, sobre ela voltava, preponderantemente, o discurso médico. Como conclui a autora, havia uma relação entre o discurso médico e a repressão às prostitutas. Discursivamente, visava-se legitimar a ação de higienização e controle moral daqueles considerados desajustados sociais: possíveis transmissores, vistos como a própria doença (bêbados, prostitutas, entre outros). Portanto, se, de um lado, a sífilis constituía um problema de saúde pública, de outro lado, foi tratada pelo poder público “principalmente como uma doença moral” (p. 91). Desse modo, o poder público e o poder científico contribuíram para instalar o medo da doença entre a população, promovendo ações de controle sobre os corpos. Descrevendo diversas experiências vividas por trabalhadoras(es), a partir da análise de processos criminais, a historiadora explicita não só as tentativas de enquadramento destes sujeitos pelo poder público no projeto civilizador da elite dominante, mas também as suas formas de adaptação e de resistência às normas. Em outros termos, de um lado, as prostitutas foram o principal alvo ao qual se voltaram as políticas públicas de disciplinarização das camadas populares, haja vista que, além de pertencerem a estas camadas, eram estigmatizadas pela moral burguesa. De outro lado, à medida em que os domicílios das prostitutas também eram seus locais de trabalho (as chamadas

pensões), como estratégia para fugir do controle médico e da polícia, bem como em decorrência dos conflitos com os proprietários(as), elas mudavam constantemente. Além disso, havia locais públicos que, progressivamente, passaram a ser proibidos para as prostitutas exercerem suas atividades, restando, em não raros casos, a pensão, já que, nas vias públicas, poderiam ser facilmente presas.

Os deslocamentos constantes de Dina de Oliveira, de Maria da Conceição e muitas outras que se encontravam numa mesma situação de vida, ao mudarem de domicílio e não fixarem lugar para trabalhar, mas buscarem diferentes espaços públicos para exercer a sua atividade, como bares, restaurantes, salões de bailes, estavam colocando em prática formas de fugirem da repressão médico-policial, de resistirem e se preservarem, construindo-se como sujeito(s) mulher(es) no seu próprio fazer-se.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Interessante observar que, na língua portuguesa, não existe o feminino de sujeito. Empregamos o fazer-se sujeito para designar aquelas(es) que se tecem nas experiências da vida cotidiana, assumindo sua historicidade e o processo do seu próprio fazer-se, identitariamente como individual e coletivo. O sentido do(s) sujeito(s) que se constrói(em) no *seu fazer-se* é tributária de THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

² Cotidiano enquanto *locus* do social. Espaço do social que compreende a produção do ser humano, de seu próprio modo de ser e existir; *locus* onde se processam práticas de dominação, o exercício de mecanismos de controle e as estratégias de sobrevivência. O cotidiano engendra a contradição e, por isso, nele se constroem as dimensões da luta de classe, da resistência individual e organizada, da cultura das classes trabalhadoras, da constituição das redes de solidariedade e de conflitos. O cotidiano é produto e resíduo, é resultado das formas, pois elas “*organizam o cotidiano e se projetam sobre a cotidianidade*”, mas não conseguem reduzi-la. (LEFEBVRE, Henri. A teoria das formas. In: *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. p. 193.; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na “*belle époque*”. São Paulo: Brasiliense, 1986.).

³ Noção desenvolvida por THOMPSON, E. P. La economía “*moral*” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In.: _____. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. p. 63-134. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 65-66.